

A Pluriatividade no Meio Rural Gaúcho: caracterização e desafios para o desenvolvimento rural sustentável

SCHNEIDER¹ Sergio, MATTOS² Ely José de,



Resumo: O texto discute a presença da pluriatividade no meio rural do Rio Grande do Sul, que é definido como um fenômeno que se caracteriza pela combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas por pessoas que pertencem a uma mesma unidade familiar. A família é considerada pluriativa quando pelo menos um de seus membros realiza esta combinação de atividades. Com base em dados secundários do IBGE, obtidos através da PNAD, e informações coletadas a partir de uma pesquisa de campo amostral, realizada em quatro municípios representativos da agricultura familiar do Estado, o trabalho se concentra na análise da importância da pluriatividade nas unidades de agricultores familiares. Além da caracterização da pluriatividade no meio

rural gaúcho e sua presença entre os agricultores familiares, na parte final do trabalho apresenta-se um conjunto de oito justificativas que buscam demonstrar a relevância da pluriatividade para as políticas públicas de desenvolvimento rural.

Palavra-chave: *pluriatividade, agricultura familiar e desenvolvimento rural*

1 Introdução

Entre os estudiosos da agricultura e da ruralidade cresce a percepção de que está em andamento uma mudança profunda em relação à compreensão e as características com as quais vinham sendo avaliados os processos de desenvolvimento. Segundo os especialistas, os

¹ Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Departamento de Sociologia da UFRGS. Pesquisador do CNPq. Endereço: Av. João Pessoa, 31, Centro - Porto Alegre, RS: 90.040-000. F: (51) 3316-4115. E-mail: schneide@ufrgs.br.

² Economista, Mestrando em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR/UFRGS. Bolsista do CNPq.

indicadores de produtividade, sofisticação tecnológica e renda já não são mais os principais os critérios a partir dos quais se mede o nível de desenvolvimento. A capacidade de uso sustentável e renovável dos recursos ambientais, os efeitos econômicos redistributivos, a promoção da equidade social e a ampliação da participação política dos atores envolvidos tornam-se, cada vez mais, prerrogativas tão ou mais importantes na caracterização e definição de situações e contextos considerados desenvolvidos.

Em termos práticos e objetivos, isto significa dizer que o desenvolvimento não se resume aos incrementos quantitativos patrocinados pelo uso intenso dos fatores de produção. Nos últimos cinquenta anos, a

aplicação do conhecimento científico e tecnológico foi capaz de gerar um espetacular crescimento dos volumes da produção agropecuária. Não obstante, há quase um consenso entre os estudiosos de que esse

A forma de exercício da pluriatividade é heterogênea e diversificada

crescimento não se traduziu em melhorias qualitativas nas condições sociais e econômicas dos agricultores e da população rural e, menos ainda, em relação ao meio ambiente. Por isso, afirma-se que não há uma relação linear e inexorável entre crescimento agrícola e desenvolvimento rural.

Concordando-se com estas prerrogativas, a situação ideal a ser buscada seria aquela em que houvesse a possibilidade de manter a capacidade de inovação e incremento na geração de valor e produção de riqueza, mas sem comprometer a sustentabilidade dos recursos e, ao mesmo tempo, promover a justiça e a inclusão social. Nestes termos, o desenvolvimento pode ser entendido como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas, políticas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida, a participação e o bem-estar das populações.

O objetivo deste texto é tentar mostrar de que modo a pluriatividade poderá ter um papel importante na promoção do desenvolvimento rural sustentável na medida em que se apresenta como alternativa a alguns dos principais problemas que afetam as populações rurais, tais como a geração de emprego, a melhoria da renda, a redução da vulnerabilidade social e produtiva, o êxodo dos mais jovens, da gestão interna das unidades familiares, entre outros. Deste modo, o papel estratégico da pluriatividade no processo de desenvolvimento rural está em contribuir para geração de mecanismos de geração de trabalho, promoção da inclusão social e combate às desigualdades.

Sucintamente, a pluriatividade refere-se a



um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades em uma mesma unidade de produção, sendo uma delas a agricultura. Esta interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. A forma de exercício da pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, a sua variabilidade, que dependerá das características do território em que estiver inserida.

Tem sido muito freqüente entre estudiosos associar o crescimento do número de pessoas e famílias ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural com o fenômeno da pluriatividade. Mesmo que a pluriatividade seja dependente da possibilidade de combinação das atividades agrícolas com as não-agrícolas em um determinado contexto social e econômico, é preciso notar que a manutenção das múltiplas inserções ocupacionais depende de um conjunto de variáveis e fatores relacionados à dinâmica das famílias e dos indivíduos que as compõem. O crescimento das atividades não-agrícolas pode estar mais relacionado com as alterações nos mercados de trabalho rurais, expressando os novos modos de ocupação da força de trabalho. Nem sempre o crescimento das ocupações não-agrícolas das pessoas ou famílias com domicílio rural, neste ou naquele setor ou ramo, implica em um aumento proporcional da pluriatividade das famílias.

Não obstante, seria ingenuidade ou desconhecimento acreditar que bastaria desenhar ações que viessem a estimular a pluriatividade para que as bases de um novo modelo de desenvolvimento rural pudessem se assentar. É preciso ter clareza que a pluriatividade certamente será parte integrante e fundamental na busca de um padrão de desen-

volvimento que seja diferente do atual, mas também é preciso considerar que a pluriatividade não é uma panacéia que pode, isoladamente, representar soluções sem a devida e necessária conexão com outras iniciativas estruturantes de longo alcance.

Por isso, é importante salientar que as atividades agrícolas e as diferentes formas de interação e encadeamento do setor agropecuário aos demais ramos da economia continuarão a ter uma importância decisiva no meio rural. Mas a

pluriatividade poderá se tornar uma alternativa para os agricultores e suas famílias obterem novas formas de emprego, de aumentar, diversificar e angariar maior estabilidade aos seus rendimentos e, ao mesmo tempo, forjar uma nova atribuição do espaço rural, que além da produção agrícola passaria a ser um espaço destinado à habitação, serviços e exploração de bens não tangíveis como paisagem e cultura.

2 A Presença da Pluriatividade no Meio Rural Gaúcho

Tendo em vista o fato de que a pluriatividade tem sido apontada como uma dimensão dos processos de desenvolvimento rural (PLOEG et al., 2000; FULLER, 1990; SCHNEIDER; CONTERATO, 2006), pretende-se na seqüência verificar qual a expressão deste fenômeno, bem como analisar sua importância no meio rural gaúcho³.

No Rio Grande do Sul, apesar de mais de uma década de estudos sobre a pluriatividade (SCHNEIDER, 1994, 1995, 1999; SACCO DOS ANJOS, 1995, 2003), esse tema ainda goza de restrito respaldo e apoio das entidades de representação dos interesses dos agricultores e até mesmo dos órgãos de planejamento do Estado. Talvez isto esteja relacionado ao fato de que a discussão sobre a pluriatividade sofre de injustificadas incompreensões e equívocos. O primeiro está relacionado ao entendimento de que a pluriatividade implicaria na redução ou mesmo no desaparecimento da atividade agrícola, fato que não

**É chegado o momento
tanto da superação
das incompreensões
como da intransigência
para que a agricultura**

ocorre porque não apenas boa parte da família permanece dedicada à produção como, no geral, as unidades pluriativas são exatamente aquelas que possuem maior número de membros e recorrem à combinação de ocupações como uma estratégia de alocação de força de trabalho excedentária no estabelecimento. Segundo, que a pluriatividade seria um fenômeno transitório, em grande parte devido à crise da agricultura. Tão logo a atividade principal passe a representar uma oportunidade estável, a pluriatividade tenderia a se reduzir ou desaparecer. Terceiro, que a pluriatividade apenas apareceria nas regiões onde existisse uma forte interface da agricultura com os mercados de trabalho não-agrícolas (indústria, serviços, etc).

Além destes equívocos, que as pesquisas realizadas se encarregaram de refutar (SCHNEIDER, 2003), também é possível postular a hipótese de que a falta de reconhecimento da pluriatividade decorra da “retórica da intransigência”, expressão cunhada por Albert Hirschman (1993) para mostrar que toda novidade sofre de três tipos de oposições: a da perversidade, da futilidade e da ameaça. Perversa porque toda inovação tende a lei da entropia, indicando que nada é capaz de melhorar sem produzir um corrolário nefasto; fútil porque tudo que é renovador torna-se igualmente conservador após implementado, o que acaba anulando suas vantagens com o passar do tempo e, finalmente, ameaçador porque toda novidade gera inquietação e desconfiança, acarretando aumento nos custos de transação. Segundo Delgado et al. (2005), sob estes argumentos, esconde-se uma retórica conservadora que se opõe as mudanças, alimenta, no fundo, pelo temor que estas possam lhe afetar de algum modo.

Seja como for, o fato é que existem evidências abundantes indican-

do que é chegado o momento tanto da superação das incompreensões como da intransigência para que a agricultura e o meio rural gaúcho possam recuperar seu dinamismo e contribuir de forma mais afirmativa ao desenvolvimento social, político e econômico do Estado. Neste sentido, a tarefa mais difícil consistirá em romper com as visões e diagnósticos produtivistas que ainda enxergam o desenvolvimento apenas como sinônimo de crescimento econômico⁴.

Nos anos recentes, as características demográficas e ocupacionais da população rural vem se alterando significativamente. No que se refere especificamente a PEA rural, verifica-se que houve uma redução no número de ativos entre 1992 e 1999, reduzindo-se de 1.261.140 para 1.142.753, e um ligeiro aumento para 1.178.345 em 2004 (Tabela 1). Analisando-se o tipo de atividade em que se ocupava a PEA rural, verifica-se que os ocupados em atividades agrícolas reduziram de 964 mil em 1992 para 789 mil em 1999, mas em 2004 somavam 873 mil pessoas, indicando uma pequena recuperação. A mudança mais significativa observa-se entre os ativos ocupados em atividades não agrícolas, que aumentaram de 297 mil em 1992 para 352 mil em 1999 e em 2004 voltaram a 304 mil, registrando uma taxa anual consistente de crescimento de 2,7% entre 1992 e 1999 e de 4,9% entre os anos 2001 e 2004. Entre os ramos de atividades não agrícolas que mais geraram ocupações destaca-se, na década de 1990, o ramo da indústria da transformação e da construção civil e a prestação de serviços. Na década atual, entre 2000 e 2004, os ramos que mais geraram ocupações no meio rural foram os serviços e transporte.

Tabela 1 - Rio Grande do Sul. Evolução da população total, urbana e rural e da PEA rural ocupada segundo tipo de atividade 1992-2004.(1.000 pessoas).

	1992	1995	1999	2001	2002	2003	2004	Taxas de cresc. % aa	
								1992/99	2001/04
Total da População do RS	9.246,79	9.572,21	9.996,46	10.399,61	10.515,11	10.631,14	10.700,99	1,1 ***	-
Total da População Urbana	7.136,38	7.565,94	7.961,56	8.429,52	8.436,34	8.563,32	8.648,02	1,6***	0,9***
Total da População Rural	2.110,40	2.006,28	2.034,90	1.970,09	2.078,77	2.067,81	2.052,96	-0,4*	1,2
Total da PEA Rural Ocupada	1.261,14	1.168,03	1.142,75 ¹	1.078,76	1.149,64	1.181,40	1.178,34	-1,2 ***	3,0*
Agrícola	964,02	882,19	789,38	813,81	859,21	874,52	873,40	-2,6***	2,3*
Não-Agrícola	297,13	285,85	352,37	264,94	290,43	306,89	304,94	2,7***	4,9**

Fonte: Tabulações Especiais da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD/IBGE. Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. ***,**,* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

As mudanças relacionadas à PEA rural indicam que o espaço rural gaúcho revela uma nova função para além da tradicional atribuição de local de produção primária. Em 2004, uma parcela não desprezível da população rural, algo como 15% (304.940 pessoas) do total, habitava no meio rural mas estava ocupada em ativi-

dades não ligadas ao setor agropecuário, o que por si só leva a pensar sobre as formas de trabalho e ocupação desse contingente. E o que é mais relevante: há uma nítida tendência de crescimento das pessoas domiciliadas no meio rural entre os ocupados em atividades não agrícolas, que em 1992 eram 297 mil e em 2004 chegaram a 304 mil habitantes.

Uma compreensão mais pormenorizada das características demográficas e ocupacionais da população rural do Rio Grande do Sul somente pode ser obtida mediante análise dos dados segundo a posição na ocupação das famílias e o tipo de atividade que exercem. Os dados apresentados na Tabela 2 referem-se às famílias domiciliadas nas áreas rurais não metropolitanas em que se localizam exclusivamente os estabelecimentos agropecuários. A partir deles, é possível saber a quantidade das famílias gaúchas que tem domicílio nas áreas rurais que não sofrem os efeitos dos povoados e localidades urbanas, qual é a posição que ocupam no mercado de trabalho e qual o tipo de atividade que exercem.

A primeira verificação é que o número de famílias com domicílio nas áreas exclusivamente rurais da região não metropolitana aumentou de 511 mil em 1992 para 545 mil em 2004. No ano de 2004, as áreas

Tabela 2 - Rio Grande do Sul. Evolução das famílias segundo a situação do domicílio (rural não-metropolitano agropecuário) e a posição na ocupação - 1992/99-2001/04 (1.000 fam.)

	1992	1995	1999	2001	2002	2003	2004	1992/99 %a.a.	2001/04 %a.a.
Área Rural Não Metro Agropecuária	511,1	515,4	529,4	518,0	544,0	553,0	545,0	0,4***	1,7*
Empregadores	30,3	27,6	24,3	26,0	20,0	19,0	26,0	-3,3	-0,5
Agrícola	12,9	7,4	9,0	10,0	7,0	8,0	13,0	-3,3	9,2
Pluriativo	14,0	14,3	7,9	11,0	7,0	6,0	9,0	-9,7*	-7,6
Não-agrícola	3,4	5,75	7,3	5,0	6,0	4,0	4,0	9,6**	-10,7*
Conta Própria	314,4	318,6	285,9	320,0	342,0	357,0	347,0	-1,2*	2,9
Agrícola	202,9	212,8	190,2	235,0	240,0	248,0	238,0	-1,3	0,7
Pluriativo	94,7	76,5	58,3	63,0	78,0	75,0	86,0	-4,6***	9,2*
Não-agrícola	16,81	29,3	37,3	22,0	24,0	34,0	23,0	10,4***	5,7
Empregados	131,7	125,9	168,7	115,0	128,0	123,0	123,0	3,3***	1,6
Agrícola	65,5	57,5	70,7	56,0	63,0	58,0	60,0	0,7	1,4
Pluriativo	19,1	14,4	22,6	18,0	17,0	18,0	15,0	-0,2	-5,0
Não-agrícola	47,1	54,1	75,3	41,0	48,0	47,0	48,0	7,0***	4,5
Não Ocupados	34,7	43,1	50,4	57,0	54,0	54,0	49,0	5,1***	-4,4**

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP para o período 1992-1999 e Souza e Nascimento (2006) para o período 2002-2004. ***,**, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

rurais gaúchas exclusivamente agropecuárias abrigavam 545 mil famílias, das quais 347 mil (64%) eram ocupadas na condição de conta própria (que é a forma como o IBGE designa os domicílios em que o chefe está ocupado em trabalho autônomo, isto é, os agricultores familiares), seguidos de 123 mil famílias de empregados assalariados (22,6%) e 26 mil empregadores (4,7%). As demais, 49 mil (8,9%), eram famílias de não ocupados, abrigando tanto aposentados como desempregados.

Do total de 545 mil famílias, 57% (311 mil) estavam ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas, 13,7% em atividades exclusivamente não agrícolas (75 mil) e 20,1% (110 mil famílias) eram pluriativas, indicando que nestas famílias pelo menos um membro estava ocupado em atividades agrícolas e não agrícolas⁵. Outro aspecto relevante refere-se às tendências de crescimento no período 1992-2004. Os dados da PNAD mostram que a categoria mais expressiva, que são os ocupados por conta própria (agricultores familiares), aumentou de 314 mil em 1992 para 347 mil em 2004. Já os empregados assalariados aumentaram nos anos 90, mas na comparação entre 1992 e 2004 reduziram-se de 131 mil para 123 mil. Outro aspecto a ser ressaltado é que

a ocupação nas atividades agrícolas nas três categorias não revelou aumentos muito significativos nos anos recentes, especialmente quando se considera que os anos 2000-2004 foram um período de condições favoráveis ao agronegócio por causa da elevação dos preços das *commodities* agrícolas como a soja, que em 2003 superou os níveis históricos. Já a tendência da ocupação nas atividades não agrícolas mostra-se positiva em todas as categorias, especialmente entre os conta próprias e os empregadores.

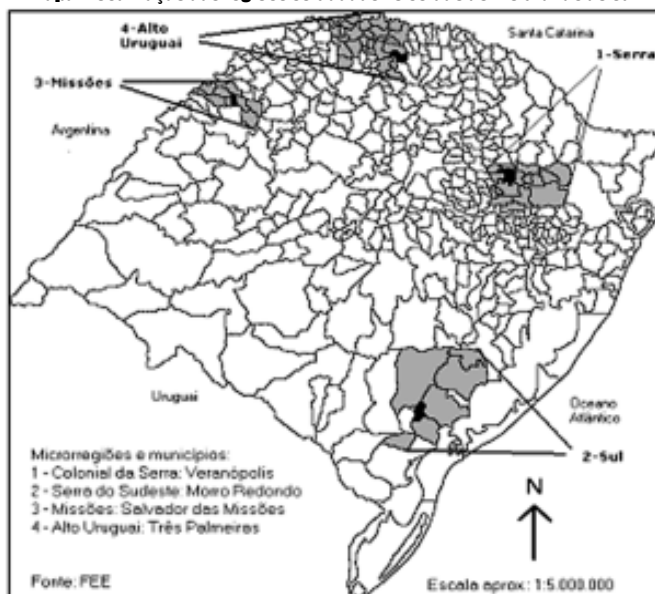
Tendo em vista que os ocupados por conta própria constituem 64% das famílias rurais gaúchas e que esses são, na sua ampla maioria, os agricultores familiares, vale a pena um olhar mais detalhado sobre esta importante categoria social⁶. Com base nos dados da PNAD de 2004 (que é a mais atualizada disponível neste momento), é possível afirmar que a ampla maioria, 68,5% das unidades de agricultores familiares, ocupam-se exclusivamente em atividades agrícolas, 6,6% ocupam-se em atividades exclusivamente não agrícolas e 24,7% são famílias pluriativas. Isto significa que no Rio Grande do Sul, de cada quatro agricultores familiares um é pluriativo.

3 A Pluriatividade entre os Agricultores Familiares Gaúchos⁷

Para se compreender melhor a presença da pluriatividade na agricultura familiar e compreender a sua ocorrência nas distintas regiões do Estado, os dados secundários são insuficientes⁸. Por esta razão, optou-se pela realização de uma pesquisa amostral (aleatória e sistemática por comunidade rural, representando cerca de 11% das unidades agrícolas familiares em cada um dos municípios), realizada no

período 2002/2003, em quatro regiões distintas do Rio Grande do Sul, indicadas no Mapa. A escolha das regiões e dos municípios procurou respeitar a diversidade de dinâmicas da agricultura familiar existente no Estado.

Mapa - Localização das regiões estudadas no estado do Rio Grande do Sul.



A pesquisa demonstrou que a pluriatividade está presente em 44,1% das famílias de agricultores familiares nas quatro regiões estudadas, indicando ainda a predominância das famílias monoativas, que são aquelas que se ocupam exclusivamente na agricultura, representando 56% do total. Portanto, a partir dos dados da pesquisa é possível afirmar que a presença da pluriatividade na agricultura familiar gaúcha é bem superior aos 24,7% encontrados nos dados da PNAD, antes referidos. Examinando-se os dados de forma desagregada para cada uma das quatro regiões, verifica-se que a pluriatividade assume

Tabela 3 - Classificação das famílias na agricultura familiar em cada uma das regiões pesquisadas no Rio Grande do Sul, segundo condição de atividade (%).

Tipos de famílias de agricultores familiares	Total	Serra Veranópolis	Sul do RS Morro Redondo	Missões Salvador das Missões	Alto Uruguai Três Palmeiras
Monoativas	55,9	40,6	58,1	53,4	71,2
Pluriativas	44,1	59,4	41,9	46,6	28,8
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

características distintas em cada uma delas. Merece destaque o fato de que na região da Serra Gaúcha, localizada geograficamente no nordeste do Estado, quase 60% das famílias são pluriativas ao passo que no Alto Uruguai, localizado no extremo norte do estado gaúcho, a pluriatividade está presente em menos de 29% das famílias rurais.

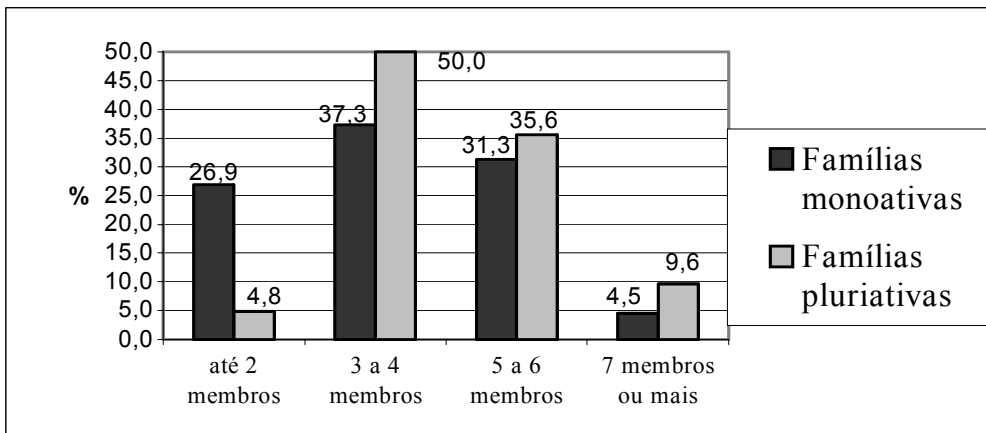
A pesquisa também demonstrou que as famílias pluriativas tendem a ter um maior número de membros. Enquanto aproximadamente 27% das famílias monoativas possuem até dois membros, as famílias pluriativas com até dois membros constituem-se em menos de 5%. Nos demais estratos, que representam as famílias com maior número de membros, observa-se que predominam as famílias pluriativas. Os dados do Gráfico 1 refletem o número médio de membros entre as famílias, que é de 3,8 pessoas para as famílias monoativas e de 4,7 pessoas para as famílias pluriativas.

Os dados da pesquisa indicam ainda que as famílias pluriativas possuem áreas de terra menores e cultivam uma superfície agrícola média menor do que as famílias exclusivamente agrícolas ou monoativas. Quando verificados os dados sobre a área total e a área relativa à superfície agrícola útil dos estabelecimentos familiares, verifica-se que em média as famílias pluriativas possuem e exploram, em torno de 4 a 5 hectares a menos que as famílias monoativas. Por terem maior número de membros e menor área de terra disponível para a produção, a busca de atividades complementares que possam ocupar a força de trabalho excedente e garantir acesso à renda torna-se uma alternativa importante.

Isto se reflete muito claramente sobre a composição das rendas das famílias estudadas⁹. A Tabela 4 mostra que no conjunto das quatro regiões do Estado do Rio Grande do Sul as rendas agrícolas continuam sendo

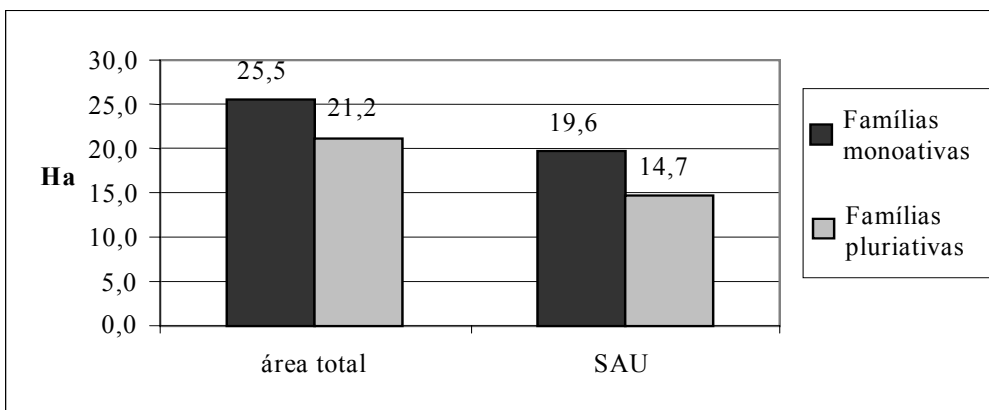
decisivas para a maioria dos agricultores familiares, respondendo por praticamente 59% da renda total, seguidas das rendas auferidas das transferências sociais, especialmente aposentadorias, que alcançam 19,6%. Mas as rendas de atividades não-agrícolas estão em terceiro lugar, respondendo por 17,5% do total da renda das famílias de agricultores, o que revela a sua importância como fonte de ingresso.

Em cada um dos quatro territórios estudados o comportamento das fontes de renda e o seu significado é distinto. Vale a pena chamar a atenção para o fato de que enquanto na Serra Gaúcha a renda de



Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPEL/UFRGS, 2003.

Gráfico 1 - Número de membros das famílias pesquisadas por condição de atividade.



Fonte: Pesquisa AFDLP - UFRGS/UFPEL 2003.

Gráfico 2 - Área total e Superfície Agrícola Útil médias por condição de atividade.

Tabela 4 - Composição da renda total da agricultura familiar em municípios selecionados no Rio Grande do Sul (%).

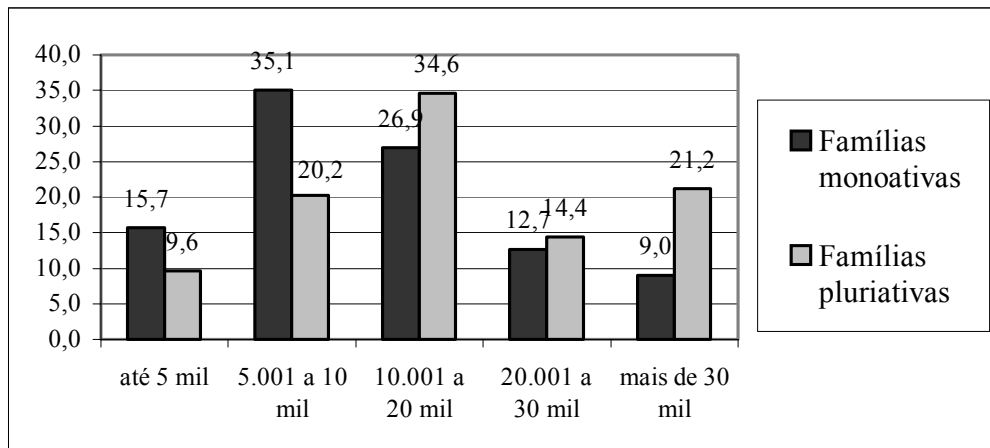
Total e municípios representativos	Renda Agrícola	Renda Não-agrícola	Renda Outras Fontes	Transferências Sociais	Outras Rendidas Trabalho	Renda Total
Veranópolis	54,5	21,1	2,8	20,2	1,4	100
Morro Redondo	49,5	18,7	1,6	26,8	3,4	100
Salvador das Missões	62,5	17,7	1,0	16,2	2,6	100
Três Palmeiras	72,9	6,6	0,8	15,3	4,3	100
Total	58,6	17,5	1,8	19,6	2,6	100

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPeI/UFRGS, 2003.

atividades não-agrícolas representa 21% sobre a renda total e a renda agrícola 54,5%, no Alto Uruguai esta proporção é de 6,6% e 72,9%, respectivamente, revelando que nessa região há uma dependência quase absoluta dos agricultores familiares em contar com as fontes de rendas agrícolas.

Outro aspecto a ser salientado é a importância, ainda que diferenciada, que assumem as transferências sociais (aposentadorias e pensões) na renda das famílias, representando, no município de Morro Redondo, praticamente 27% da renda total das famílias. Para o Estado este percentual chega praticamente a 20%.

Outro aspecto a ser considerado refere-se à desigualdade dos rendimentos auferidos e o papel da pluriatividade na elevação da renda total. De acordo com o Gráfico 3, 50,8% das famílias monoativas possuem renda total de até 10 mil reais anuais, enquanto que 70,2% das famílias pluriativas possuem renda total acima de 10 mil reais anuais. A pesquisa demonstrou que as famílias pluriativas possuem uma renda total anual média de R\$ 20.352,46 (referente ao ano agrícola de 2002, quando



Fonte: Pesquisa AFDLP - UFRGS/UFPEL 2003.

Gráfico 3 - Estratos de renda total segundo condição de atividade em municípios selecionados no Rio Grande do Sul (%).

os dados foram levantados), enquanto as famílias monoativas tinham, em média, uma renda total anual de R\$ 14.378,11. O Gráfico 3 mostra que nos estratos de renda superiores a R\$ 10 mil as famílias monoativas representam sempre uma proporção menor, indicando que quanto maior a renda total das famílias maior é a presença da pluriatividade.

Estes dados reforçam o argumento de que a pluriatividade contribui consideravelmente para o aumento da renda familiar. A pluriatividade apresenta-se, portanto, não apenas como uma estratégia de diversificação das fontes de renda mas também permite que as famílias que combinam rendimentos agrícolas e não-agrícolas alcancem uma renda total mais elevada que aquelas exclusivamente dependentes da renda obtida das atividades agrícolas.

A pluriatividade representa uma dimensão importante e possui um papel relevante no desenvolvimento rural sustentável

4 Qual o Lugar da Pluriatividade na Perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável?

A partir das questões até aqui discutidas é possível afirmar que a pluriatividade representa uma dimensão importante e possui um papel relevante numa estratégia política que busque estimular o desenvolvimento rural sustentável. Entre os argumentos que podem ser apresentados como justificativas para que políticas públicas e ações de governo venham a incorporar esta dimensão, pode-se indicar, em primeiro lugar, a necessidade de se desenvolver iniciativas que visem combater e erradicar a pobreza rural no Brasil. A pobreza persiste no meio rural e não é razoável pensar que possa ser extirpada apenas com políticas de caráter compensatório ou assistencial. O estímulo às atividades não-agrícolas e à pluriatividade representa uma justificativa consistente para se gerar oportunidades efetivas de trabalho e renda para as populações rurais, especialmente aquelas mais pobres.

A segunda razão está no fato de que a pluriatividade representa uma alternativa de diversificação produtiva, ocupacional e de geração de ingressos para os agricultores e suas famílias, especialmente para aqueles que se encontram em regiões que conheceram um intenso processo de modernização e especialização agrícola. O estímulo à diversificação das atividades e às ocupações não agrícolas poderia gerar a ampliação das fontes de ingresso monetário e, com isso, reduzir a dependência e a vulnerabilidade dos agricultores, especialmente os menores e mais frágeis.

A terceira razão para que as políticas públicas estimulem a pluriatividade refere-se à sua capacidade para gerar mecanismos que ajudam a manter no meio rural as populações que são fortes candidatos à migração, como os jovens,

sobretudo mulheres, que não encontram empregos e ocupação nas atividades agrícolas. Dada a crescente modernização tecnológica da agricultura, o estímulo à pluriatividade pode ser tanto uma opção à subocupação crescente da força de trabalho no meio rural como um alternativa individual para as pessoas que não querem permanecer trabalhando na agricultura, mas que nem por isso desejam deixar o espaço rural.

A quarta razão que justificaria o estímulo à pluriatividade tem a ver com sua potencial contribuição para as políticas fundiárias e de assentamentos de reforma agrária. A pluriatividade pode ser pensada como uma estratégia para geração de empregos e rendas não-agrícolas nos assentamentos rurais, especialmente aqueles que já possuem um excedente populacional que não é absorvido nos processos de



produção agrícola. Portanto, o estímulo à pluriatividade nos assentamentos rurais pode representar tanto oportunidades de emprego e renda complementares aos assentados como ser uma opção ocupacional diferenciada para aqueles que não desejam permanecer na atividade agrícola, ou ainda reduzir o estoque de candidatos a migrantes ou mesmo demandantes de terra¹⁰.

A quinta razão tem a ver com o estímulo a políticas que consigam avançar na difícil seara dos direitos afirmativos das mulheres e dos jovens. Como a pluriatividade expressa a combinação das atividades agrícolas com outras não-agrícolas, estas em geral são percebidas como acessórias e complementares. Este caráter secundário que lhe é atribuído em geral não corresponde à sua importância em termos de geração de renda e contribuição para o equilíbrio e estabilização do orçamento doméstico em períodos de intersafras. Já se sabe, desde longa data, que o trabalho feminino tem sido relegado e considerado de menor importância, mesmo nas unidades de agricultores familiares, quando não desprezado e caracterizado como mera “ajuda”. Ora, reconhecer a importância deste labor não se trata apenas de uma questão de valorização econômica e produtiva, mas sobretudo de afirmação de direitos e da própria identidade social. Portanto, as políticas e ações de apoio à pluriatividade das famílias poderiam contribuir nas questões de gênero e conferir maior visibilidade e reconhecimento a atividades que são fundamentais na reprodução social das famílias.

A sexta justificativa está relacionada ao fato de que a pluriatividade também pode se constituir como uma alternativa de emprego e ocupação para as populações tradicionais como os quilombolas, indígenas, extrativistas e outros. O estímulo às atividades não-agrícolas poderia se combinar com a criação de novas atividades agrosilvopastoris (processamento e transformação de produtos agrofloretais, apicultura, frutas selvagens, etc) e contribuir para reduzir a pressão antrópica sobre os

recursos naturais por meio do estímulo à geração de atividades baseadas na transformação da produção local (artesanato, etc) e das amenidades rurais (turismo rural, ecológico, etc).

Em sétimo, acredita-se que a pluriatividade possa ser o elo entre as políticas agrícolas (crédito, assistência técnica, sanitárias e de abastecimento) e as políticas de desenvolvimento rural, tais como o beneficiamento e transformação da produção (agregação de valor via agroindustrialização), geração de empregos não-agrícolas (prestação de serviços, etc), habitação rural, turismo rural, artesanato, preservação ambiental, etc. Estimular esta complementaridade poderia contribuir para se desconstruir o maniqueísmo político e ideológico que

O estímulo à pluriatividade nos assentamentos rurais pode representar emprego e renda complementares

vem sendo produzido com o intuito de criar falsas oposições como o antagonismo entre o agrícola e o rural, entre a produção para o mercado e para o autoconsumo dos agricultores, entre outros.

A oitava razão para as políticas públicas estimularem a pluriatividade está no seu potencial para dinamizar as economias locais e fazer com que seja o ponto de partida

para estimular processos de diversificação econômica, gerando aquilo que os economistas chamam de economias de escopo. Neste sentido, a pluriatividade poderia se constituir como uma estratégia de desenvolvimento alternativa para muitas áreas rurais que ficaram alijadas do processo de modernização agrícola ou onde ele ocorreu de forma parcial e incompleta. Nessas regiões, o estímulo à diversificação das atividades produtivas pode se constituir como um caminho alternativo às soluções que preconizam resignadamente que não há esperança fora da integração agroindustrial produtivista. De fato, quando se observa muitas dessas regiões é que se percebe a capacidade de inovação e criatividade dos agricultores em desenvolver alternativas sócio-técnicas. Nesse caso, a ação do poder público viria para se somar aos esforços e iniciativas já existentes, o que pode se dar

tanto no incremento da agregação de valor aos produtos como na redução dos custos de transação, dadas as distâncias e as dificuldades de acesso muito comuns nestes casos.

De certo modo, o Rio Grande do Sul reúne condições favoráveis para a tradução e implementação dessas sugestões. De um lado, o Estado é favorecido pelo fato de possuir uma agricultura diversificada, formada pela confluência de várias etnias e sistemas produtivos, o que se expressam em uma variada e heterogênea gama de iniciativas e inovações que precisam ser reconhecidas e apoiadas e não obstaculizadas. De outro, é mister reconhecer que o Rio Grande do Sul conta com uma densa malha de organizações e instituições sociais (sindicatos, movimentos sociais, associações, etc.) e governamentais (extensão rural, pesquisa, universidades, etc.) que podem ser mobilizadas e ativadas na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS

- DELGADO, G.; CONCEIÇÃO, J. C.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Brasília: IPEA, 2005. (Texto para Discussão, 1145)
- FAO/INCRA. **O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica, INCRA/FAO, 2000.
- FULLER, A. M. From Part Time Farming to Pluriativity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, London, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1)
- GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. A mudança no conceito do trabalho nas novas PNADs. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 1-16, jun. 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. **O uso das PNDAs para as áreas rurais**. Brasília: IPEA, abril, 2002. (Textos para discussão, 874)
- HIRSCHMAN, A. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade e ameaça**. São Paulo: Cia. de Letras, 1993.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, São Paulo. v.2, n.3, p.515-551, 1998.
- PLOEG, J.D. Van Der et al. Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.
- SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.
- SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: UFPEL, 1995.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo-parcial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.16, n.1, p.105-119, 1995.
- SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, n.3, p.106-132, set./dez. 1994.

SCHNEIDER, S.; RADOMSKY, G.F.W. A Pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho rural gaúcho: estudo de caso no município de Barão, RS. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. (Org.). **O novo rural brasileiro**: rendas das famílias rurais. Brasília: EMBRAPA, 2004. v. 5, p. 263-316.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Orgs.). **Entre el campo y la ciudad**: desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2006.

SOUZA, M. de; NASCIMENTO, C. A. Evolução das ocupações e comparação das rendas das famílias rurais no Estado do Rio Grande do Sul: 2001-2004. In: Encontro de Economia Gaúcha, 3., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2006.

NOTAS

³ Os dados apresentados nesta seção resultam das pesquisas que temos realizado no Rio Grande do Sul no âmbito do Projeto Rurbano. Para informações adicionais consultar Schneider e Radomsky (2004).

⁴ Recentemente apresentado ao público, o estudo prospectivo contratado pela Secretaria Estadual do Planejamento, denominado de RS 2015, ao que tudo indica, parece ser um exemplo da perspectiva aqui criticada. A matéria publica pelo Jornal Zero Hora de 1 de junho de 2006 indica que entre as principais recomendações ao desenvolvimento regional do Estado estão indicações tais como: estimular a produção de soja com tecnologia de irrigação na região Central e do Alto Jacuí, reforçar a integração agroindustrial no Médio e Alto Uruguai, etc.

⁵ Ao se somar as 75 mil famílias ocupadas em atividades não agrícolas com as 110 mil pluriativas, verifica-se que 33,8% do total de famílias domiciliadas no meio rural gaúcho não utilizam este espaço exclusivamente para a agropecuária.

⁶ Estes dados são diferentes do estudo da FAO/INCRA (2000), porque a base de dados deste trabalho é o Censo Agropecuário que contabiliza os estabelecimentos rurais e não os domicílios como a PNAD. Em segundo lugar, a que se considerar que os critérios de classificação do que se entende por agricultura familiar no estudo da FAO/INCRA incluem a contratação de até dois empregados permanentes, o que amplia o universo.

⁷ Os resultados a seguir apresentados resultam de produção coletiva elaborada no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural - GEPA D. Os trabalhos iniciaram no âmbito da pesquisa "Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade" de 2003, e tiveram seguimento no projeto "Desenvolvimento Territorial Rural e Segurança Alimentar", ambas financiadas pelo CNPq e realizadas em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS e com o Programa de Pós-Graduação em Agronomia da UFPel.

⁸ Uma das limitações da PNAD é que ela não pode ser desagregada por microrregiões ou municípios porque a amostragem separa apenas as regiões metropolitanas das não metropolitanas.

⁹ Renda agrícola: provem das atividades agropecuárias (cultivos e criações) realizadas dentro da unidade de produção e/ou de atividades para-agrícolas. Renda não-agrícola: tem como origem as atividades não-agrícolas, podendo ser realizadas fora ou dentro da unidade de produção, na condição de empregado, empregador ou conta-própria. Outras rendas do trabalho: obtidas necessariamente fora da unidade de produção e de atividades inerentes ao setor agropecuário. Rendas de outras fontes: provenientes de aluguéis, juros, aplicações, arrendamentos, doações. Rendas de transferências sociais: resultantes de transferências governamentais, tais como aposentadorias, pensões, programas assistenciais, como bolsa-família.

¹⁰ Consultar Graziano da Silva (1999) sobre o que denominou "uma reforma agrária não essencialmente agrícola".